



ILAESE

Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconomicos

[www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br)

# CONT **Y**A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Ano 08, Nº 73 - Março de 2018

## A SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL DO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

*por Ana Godoi*

Vivemos um momento singular no desenvolvimento do Brasil. Desde 2013, entramos em uma profunda crise econômica que se combinou à uma crise política, desencadeada por escândalos de corrupção. Isso instaurou um cenário de insegurança e descredibilidade para com as alternativas institucionais por parte da maioria da população. É preciso acompanhar esse processo, uma vez que suas consequências estão intimamente ligadas a vida do trabalhador.

A situação econômica do Brasil é crítica e não apresenta, no momento, qualquer perspectiva real e concreta de crescimento significativo e sustentável. O país segue, a cartilha do capitalismo internacional e ao aprovar reformas sob o pretexto de aumento do número de empregos visa, na verdade, a precarização das relações de trabalho, o enfraquecimento da representação dos trabalhadores e o conseqüente aumento dos lucros dos empresários, por um lado, e da miséria do povo por outro.

# 2018: Um panorama de estabilidade?

Temos acompanhado o desempenho do Brasil em sua tentativa de superar a crise de produção aqui instaurada, que já acarretou um aumento significativo do índice de desemprego, atingindo mais de 50 milhões de pessoas, ou seja 35% da população. Os índices oficiais tentam, porém não conseguem esconder a situação de penúria da população brasileira. A propaganda de melhora da economia vem acompanhada dos dados de aumento do trabalho informal, revelando que a crise ainda está longe de acabar.

É preciso lembrar que essa crise é resultado direto da crise do capital que se abriu em 2008. Apesar da recuperação, ainda que tímida, dos países imperialistas, não é verdade que está sanada a crise econômica mundial.

Tanto é verdade que na primeira semana de fevereiro deste ano, houve uma forte queda das bolsas de

valores que preocupou os principais analistas mundo afora. Os mais alarmistas anunciam uma possível quebra da bolsa, semelhante a quebra de 1929. Os menos alarmistas acreditam que uma crise se anuncia mas ainda não coloca em cheque a forma de produção capitalista. De qualquer forma, isso apenas indica que as coisas estão aparentemente estáveis, mas podem vir a abalo a qualquer momento. Não atoa, como indica o Credit Suisse em seu relatório para 2018, a França seguirá seu calendário de reformas este ano, que incluem reformas tributárias além de incentivos para a produção, como medida para estabilizar a economia. Não podemos esquecer que em 2017 esse país aprovou sua reforma trabalhista, que faz parte dos ajustes do capital para superação da crise, mesmo com fortes manifestações populares, que incluiu greves gerais com enfrentamento com a polícia.

## Metrópoles da França têm atos violentos contra reforma trabalhista

França enfrenta greves e bloqueios nas estradas, mas Hollande nega recuar de medidas



1. Os índices do IBGE considera em 13,1% a taxa de desemprego em 2017, sabemos dos limites apresentados por este dado uma vez que duas variáveis de cálculo não levam em consideram aspectos importantes da relação de trabalho. Os critérios de definição para os dados de desemprego e informalidade que utilizamos estão explicados no Anuário Estatístico Trabalho e Exploração – 2017.

E o Brasil, como parte da economia global, também vêm tomando medidas para superar a crise econômica, mesmo que em situação diferente das demais países centrais, por ser um país dependente do capital internacional e centrar sua economia na exportação de commodities. E por ser dependente da produção de produtos básicos, qualquer recuperação do Brasil colocará o país em uma posição muito inferior do que possuía na primeira década dos anos 2000. Isso porque não há previsão de elevação dos

preços das commodities nos mesmos patamares verificados nos anos de 2006-2008 ou 2010-2012. A partir das análises do relatório do Banco Mundial no número de outubro de 2017, sua publicação *Commodity Markets Outlook* (Previsão dos Mercados de Produtos Básicos), podemos acompanhar como o mercado internacional prevê o desempenho das importações e exportações dos produtos básicos, centro da atividade econômica de nosso país.

### Índices de preços nominais (reais e previstos) e revisão de previsões

	Índices de preços (2010=100)						Variação (%)		Revisão <sup>2</sup>	
	2013	2014	2015	2016	2017 <sup>1</sup>	2018 <sup>1</sup>	2016-17	2017-18	2017f	2018f
<b>Energia</b>	127	118	65	55	68	71	23.7	4.0	-1.1	-4.0
<b>Não Energia<sup>3</sup></b>	102	97	82	80	84	85	4.9	0.6	0.8	0.7
Agricultura	106	103	89	89	89	90	-0.6	1.2	-0.7	-0.7
Bebidas	83	102	94	91	83	84	-8.4	0.7	-1.7	-1.7
Alimentos	116	107	91	92	92	93	-0.1	1.2	-0.2	-0.2
Óleos e refeições	116	109	85	90	89	91	-0.5	1.7	-2.7	-2.5
Grãos	128	104	89	82	82	83	-0.2	1.9	2.4	2.3
Outros alimentos	104	108	100	105	106	106	0.4	0.1	0.6	0.5
Matéria prima	95	92	83	80	82	83	2.4	1.6	-1.2	-1.1
Fertilizantes	114	100	95	75	72	72	-4.1	-0.2	-3.7	-5.5
Metais e minerais	91	85	67	63	77	76	22.4	-0.4	4.3	4.3
<b>Metais preciosos<sup>3</sup></b>	115	101	91	97	97	97	-0.2	-0.8	1.3	1.7
<b>Itens em memorando</b>										
Petróleo bruto (US\$/bbl)	104	96	51	43	53	56	23.8	5.7	-2.0	-4.0
Ouro (\$/toz)	1,411	1,266	1,161	1,249	1,250	1,250	0.1	-1.0	25.0	31.7

Fonte: Banco Mundial

Elaboração: ILAESE

Notas: (2) indica revisão das previsões do relatório de janeiro de 2017 (expressas como variação do valor do índice, exceto no caso de US\$/bbl para petróleo bruto e US\$/toz para o ouro); (3) O índice do preço de não energia exclui metais preciosos. Ver Apêndice C para definições de preços e índices.

Mas tomando as análises dessas grandes agências internacionais, a perspectiva para o Brasil em 2018 é de crescimento econômico. Os analistas preveem um crescimento do PIB na casa dos 2%. Mas o que isso significa na prática? Nos últimos anos o Brasil tem vivido uma recessão e seu PIB apresentou quedas consecutivas, como em 2015 e 2016. Em 2017, apresentou um crescimento de 1% e em 2018 temos essa previsão. Assim, esse crescimento previsto para o ano de 2018 não reflete recuperação sólida para a economia do país e nenhuma garantia de melhora nas condições de vida dos trabalhadores. Ou seja, a classe trabalhadora não tem que criar nenhuma ilusão em qualquer notícia que aponte melhoras na economia nesse ano,

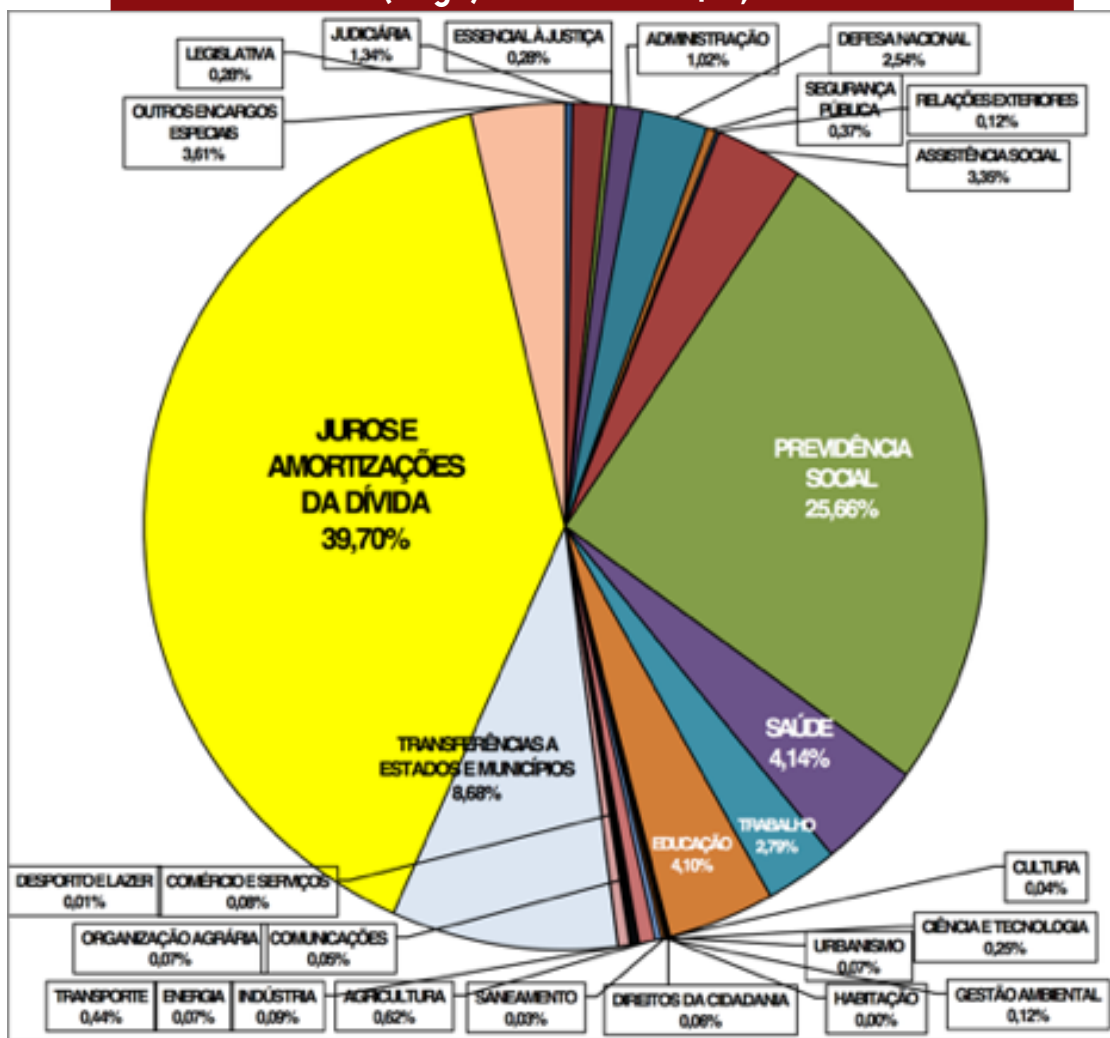
pois apenas será um pinga em um grande oceano.

Ao ampliarmos o panorama de análise da situação do país, compreendemos porque não podemos tomar com entusiasmo ou ter qualquer ilusão nessa pequena recuperação. Se olharmos para o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado em fevereiro de 2018, pelo Banco Central, há uma expansão residual de 1,04% na comparação com 2016. O IBC-BR é um indicador criado para tentar antecipar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), analisando a atividade produtiva do país. Esse resíduo de reativação da produção é um reflexo da recuperação da economia mundial no ano passado. E é um resultado bem pequeno. Ou seja, ainda não reflete uma atividade sólida de nosso setor produtivo.

# Soma-se isso à dívida

Não podemos esquecer do compromisso do Estado brasileiro com os banqueiros e grandes empresários. A dívida pública do Brasil é altíssima, que impacta diretamente nas contas do governo e mesmo que a produção volte a crescer, parte desse montante arrecadado será destinado ao pagamento dessa dívida.

## Orçamento Federal (Fiscal e Seguridade Social) Executado (Pago) em 2017 = R\$ 2,483 TRILHÕES



Os bancos e investidores que possuem títulos da dívida pública de nosso país, hoje tem garantias de que será horando o compromisso de pagamento, pois no final de 2016, o governo aprovou, em meio a uma conjunto de protestos e ocupações de escolas, uma Emenda Constitucional que congela os gastos do orçamento por 20 anos mas que não toca no montante destinado a dívida. Ou seja, investimentos ou gastos como, por exemplo, saúde, educação, transporte, estão limitados, quanto que a parcela do orçamento destinado ao pagamento da dívida, como mostra o gráfico ao lado, segue sem qualquer tipo de limitação. Na verdade, o que essa Emenda Constitucional proporcionou na prática, é que as obrigações financeiras do país com os bancos serão horadas sem qualquer contratempo.

E essa medida dita o tom da política implementada pelo governo para resolver o problema da crise. Qualquer

crise no sistema capitalista relaciona-se diretamente com as relações de trabalho, uma vez que esta é a base de sustentação dessa forma de organização da sociedade. A exploração do trabalhador gera lucros para o patrão. E se a economia não vai bem, se a produção estagnou, então precisa-se alterar pontos nessa relação base, para que o lucro não sofra com as perdas. E um dos lados sofrerá os impactos. No caso em questão são os trabalhadores.

Dessa forma, os pacotes do governo para en-

frentar a crise, são direcionados diretamente para os trabalhadores. Se aumentarmos a exploração, aumentaremos a riqueza produzida e assim, teremos mais lucros. Assim, reforma-se as relações de trabalho, com a reforma trabalhista, propõe-se reformar a previdência para se trabalhar mais tempo e limita-se o gasto do governo com as áreas do setor público, destinado ao atendimento da população.

## A Reforma Trabalhista no Brasil e no mundo

A Reforma Trabalhista foi um ataque duríssimo à classe trabalhadora desse país. E junto, vimos de que lado estão as direções das principais centrais sindicais que não fizeram uma luta profunda contra essa reforma, negociando com o governo direitos históricos conquistados. O objetivo dessa reforma é exatamente ajustar as relações de trabalho para aumentar a exploração do trabalhador. Se trabalha mais e em piores condições frente ao patrão, uma vez que se perde um conjunto de direitos que amenizavam o ritmo do trabalho.

Mas não podemos perder de vista que esta tem sido uma saída internacional para o problema da crise do capital, justamente por conta a equação que apresentamos, trabalho-exploração-lucro. Assim, vários países já tem implementado reformas, como a Espanha, e outros estão no processo de implementação, como a França, e há aqueles que os governos já estão anunciando que pretendem mudar a legislação trabalhista, como o caso belga. No final das contas, percebemos que os capitalistas querem cobrar a conta da sua crise explorando mais a classe trabalhadora.

Tais reformas demonstram na prática que seus objetivos não são atender o que os governos prometem, como a redução do desemprego. É o caso da Espanha.

**“olhando de conjunto, percebemos que em todas as reformas, o ataque as formas de organização dos trabalhadores é uma regra”**

Esse é o modelo seguido pelo Brasil e já vem demonstrando seus limites na prática. Iniciada em 2012, ela busca reduzir o desemprego que, na época, encontrava-se na casa dos 23,5%. Hoje, passados 6 anos, esse índice gira na casa dos 18,6%. Ou seja, uma redução irrisória. Em contra partida, ouve o aumento significativo de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, devido ao aumento do ritmo de trabalho combinado com pioras nas condições objetivas para se trabalhar.

A França caminha na mesma direção. Em 2016 implementa sua reforma trabalhista que apresenta várias semelhanças com o que vemos na reforma brasileira. A flexibilização da jornada somada ao incentivo às horas extras jogou por terra a lei que determina 35 horas de trabalho semanal. Apesar de não ter sido revogada, na prática as pessoas podem chegar a trabalhar 60 horas semanais.

Mas cabe ressaltar que, olhando de conjunto, percebemos que em todas as reformas, o ataque as formas de organização dos trabalhadores é uma regra. Todas essas legislações, em todos esses lugares, buscam enfraquecer as representações sindicais, implementando a negociação direta com o patrão. Isso porque, a organização dos trabalhadores é fundamental para se enfrentar os ataques. E os capitalistas sabem disso.

# O que vem pela frente

Esse novo cenário do capitalismo em crise, em que os capitais individuais se esmagam desesperadamente para abocanhar uma fatia extra de mais-valia, de modo a sobreviver à crise, acirra as contradições e faz com que uma multidão de pessoas, outrora indiferentes, sintam a necessidade de tomar posições. A falta de condições básicas de sobrevivência, impulsiona a indignação e a revolta da classe trabalhadora.

O número das greves voltou, após 20 anos, ao patamar dos anos 80. Voltamos a ter, em 2017, um dia de greve geral absolutamente vitorioso e manifestações de massa contra as reformas. É verdade, no entanto, que esta indignação e revolta ain-

da não se manifestou na realidade na mesma proporção de sua potencialidade, com toda a força que vemos nos comen-

tários em cada esquina, nos locais de trabalho e assim por diante. Nesse momento, a consciência parece estar à frente da ação. Cabe as organizações da classe trabalhadora atuarem sob toda essa potencialidade hoje existente e mostrar que existe uma saída independente da classe dominante e que não se confunde com as experiências que vivenciamos nos últimos 20 anos no Brasil. Mais do que nunca se faz necessário que as organizações da classe trabalhadora tenham uma posição clara, inconfundível com o projeto petista, para disputar a massa de trabalhadores já indignadas com a situação do país. Se as organizações da classe trabalhadora não apresentarem essa saída, outras posições ganharam espaço.

Nesse novo contexto, não será mais possível continuar atuando da mesma forma que nos anos de relativa estabilidade econômica. Nos acostumamos

com rotina desses 20 anos que antecederam junho de 2013, baseados, predominantemente, pelas campanhas salariais puramente econômicas ou com pautas localizadas. Some-se a isto o fato de que as mudanças no movimento sindical de um modo geral irão marginalizar todos sindicatos que não possuírem um trabalho de base vivo. As negociações poderão se dar no âmbito de uma empresa individual, exigindo que os sindicatos disputem cada ativista, cada eleição de um delegado sindical e se aproximem mais e mais do local de trabalho. Ao mesmo tempo que é necessário aprofundar o trabalho de base, ganha peso as demandas mais gerais da classe trabalhadora, já que direitos históricos estão sendo retirados e a classe irá se defrontar com uma realidade infinitamente mais cruel.

## “o número das greves voltou, após 20 anos, ao patamar dos anos 80”

Por fim, não se pode esquecer que é justamente porque o capitalismo produz miséria, desemprego, insegurança e brutalização que massas de trabalhadores se revoltam contra ele. Não tem qualquer base histórica a ideia de que, em função dos ataques aos direitos históricos da classe trabalhadora, vivemos um período necessariamente marcado pelo signo da derrota e do retrocesso. O capitalismo é exatamente isso e não oferece a longo prazo nenhuma outra saída. A questão que hoje inexoravelmente se coloca aos dirigentes das organizações da classe trabalhadora é a seguinte: iremos apontar, enérgica e contundentemente, uma saída independente e classista para a crise ou, ao contrário, nos refugiaremos no discurso derrotista que produz conformismo e, pior ainda, oferece como única saída a volta do suposto “mal menor”, o PT?

### EXPEDIENTE

**Contra-corrente** é uma publicação bimestral elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Coordenação Nacional do ILAESE:** Ana Paula Santana, Daniel Romero, Érika Andreassy, Gustavo Machado, Nando Poeta e Nazareno Godeiro. **Contato:** Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 99223-8876- [ilaese@ilaese.org.br](mailto:ilaese@ilaese.org.br) - [www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br). CNPJ 05.844.658/0001-01. **Diagramação:** Anna Sant'Ana. **Editor responsável:** Gustavo Machado.